

Congresso reabre hoje para votar LDO

Carmen Kozak

O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) convocou o Congresso Nacional para votar hoje à tarde o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Com isso, cumpre a determinação da liminar concedida aos partidos de oposição pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Néri da Silveira, que considerou inconstitucional a devolução do projeto ao Executivo sem a apreciação do plenário do Congresso.

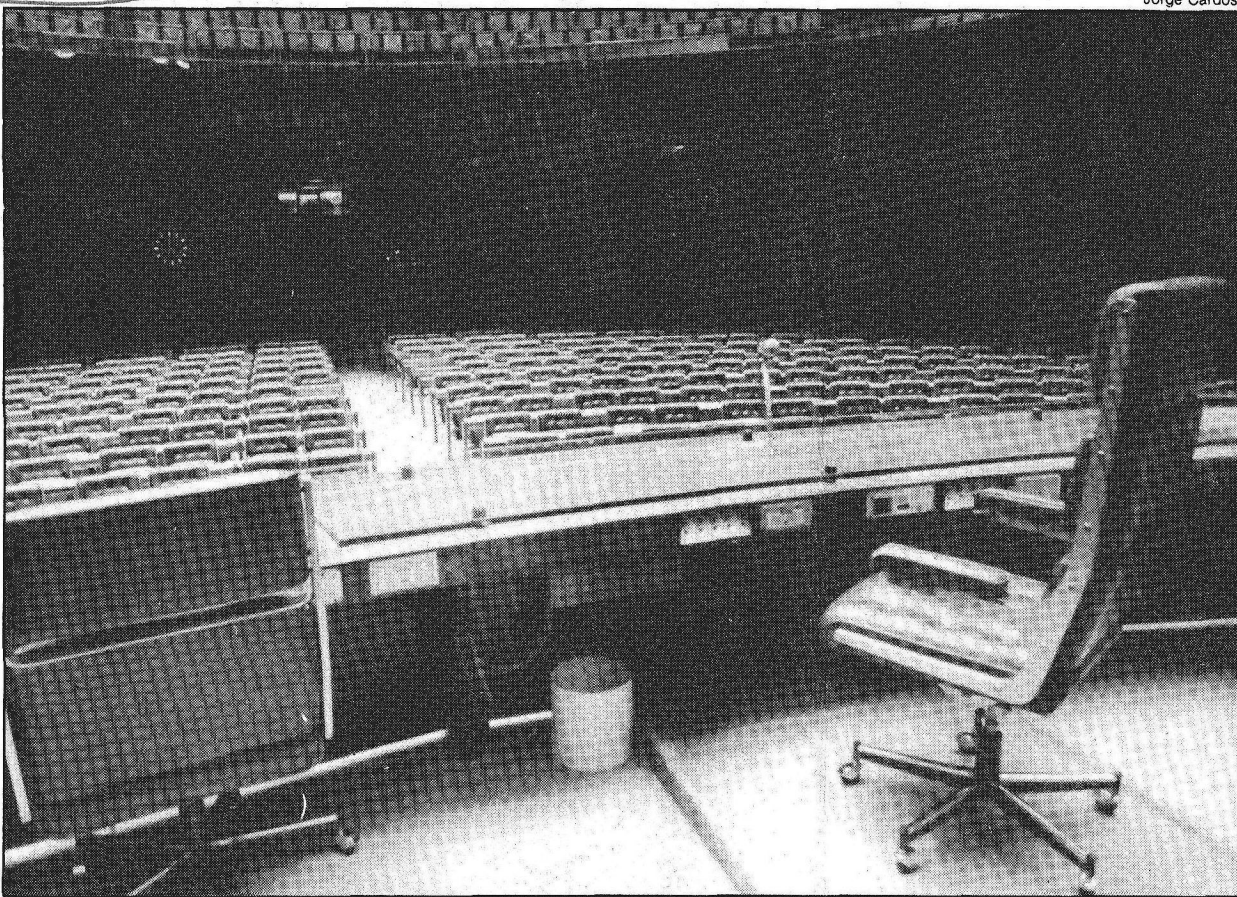
O presidente do Congresso solicitará hoje cedo, em ofício ao Palácio do Planalto, o retorno do projeto ao Legislativo, já que ele foi devolvido ao Executivo na terça-feira à noite. Apesar do esforço dos funcionários das lideranças partidárias, que dedicaram o dia de ontem à convocação de parlamentares, a falta de quórum é tida como certa.

A retomada dos trabalhos do Congresso mudou a rotina dos funcionários da Câmara e do Senado, que passaram todo o dia tentando localizar os congressistas. Apesar da liminar do STF, nenhum partido imaginava que Nelson Carneiro decidiria convocar a sessão para hoje, uma sexta-feira. Isso provocou a reação de alguns partidos, principalmente do PMDB, que tentou contatar o senador durante todo o dia para pedir o adiamento da sessão. Já os partidos de esquerda iniciaram uma mobilização com o objetivo de tentar a convocação do Senado Federal para concluir a votação do projeto de política salarial. Mantendo a mesma estratégia de antes do recesso, a oposição promete obstruir a votação da LDO até conseguir uma nova lei salarial.

A votação da LDO deverá ser um ponto secundário da sessão de hoje, onde o senador Nelson Carneiro terá que apresentar explicações para sua atitude de segunda-feira à noite, onde decidiu o início do recesso legislativo e a devolução do projeto para a sanção presidencial. Naquela sessão, os líderes dos partidos de oposição advertiram Carneiro para a inconstitucionalidade de seu ato e que não teriam outra alternativa senão recorrer ao STF para sustar a decisão. "Sinto vergonha de ser parlamentar deste Congresso", afirmou com veemência o líder do PSDB, deputado Euclides Scalco (PR), acrescentando que o presidente da Casa não estava "defendendo as prerrogativas do Legislativo".

Outra questão muito delicada será levantada pelos partidos de oposição. Na tensa sessão de segunda-feira eles acusaram o presidente do Congresso que estar "participando" de uma manobra, que atendia aos interesses do Palácio do Planalto: protelar a discussão da política salarial para o mês de agosto. O deputado José Genoíno (PT-SP) denunciou que Carneiro estava "vendendo muito barato" as prerrogativas do Congresso Nacional, numa referência aos 66 milhões de dólares liberados para as obras contra enchentes no Rio de Janeiro, na semana passada, pelo presidente Fernando Collor. "As prerrogativas do Congresso são muito mais caras do que uma campanha eleitoral", disparou Genoíno.

Como o Judiciário entendeu que a sessão legislativa não pode ser interrompida sem a votação da LDO, a questão de ordem a ser levantada pelos partidos de oposição consiste na argumentação de que, se o Congresso funciona, a Câmara e o Senado não podem estar em recesso. "O Congresso não existe sozinho. Ele é a reunião de deputados e senadores", garante o deputado José Genoíno. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) tem a mesma opinião e afirma: "Convocar sessões para a Câmara e para o Senado depende apenas de vontade política".



Jorge Cardoso

O quórum é improvável, mas hoje à tarde haverá muita discussão no plenário do Congresso